



Obama, Trump e Biden no Oriente Médio: continuidades e interrupções

Obama, Trump and Biden in the Middle East: continuities and interruptions

Obama, Trump y Biden en Medio Oriente: continuidades e interrupciones

José Antonio Lima¹

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2022v19n1p5-15

Resumo

Por meio de uma revisão histórica e da análise das políticas externas dos governos Obama, Trump e Biden para o Oriente Médio, este artigo discute a interação entre a proteção aos interesses nacionais norte-americanos e as repercussões dessas ações na região.

Palavras-chave: Estados Unidos; Oriente Médio; Análise de Política Externa; Joe Biden; Guerra ao Terror

Abstract

Through a historical review and a comparative analysis of the foreign policies of the Obama, Trump and Biden administrations towards the Middle East, this article discusses the interaction between the protection of US national interests and the repercussions of these actions in the region.

Key-words: U.S; Middle East; Foreign Policy Analysis; Joe Biden; War on Terror

Resumen

A través de una revisión histórica y un análisis comparativa de las políticas exteriores de las administraciones de Obama, Trump y Biden hacia el Medio Oriente, este artículo aborda la interacción entre la protección de los intereses nacionales estadounidenses y las repercusiones de estas acciones en la región.

Palabras-clave: Estados Unidos; Oriente Medio; Análisis de Política Exterior; Joe Biden; Guerra contra el terror

¹ Mestre e doutor pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI-USP), com pesquisas focadas no Oriente Médio. É autor da newsletter Tarkiz (<https://tarkiz.substack.com/>), sobre a política regional do Oriente Médio. Contato: zeantoniolima@gmail.com

INTRODUÇÃO

Na primeira semana de março de 2022, enquanto mobilizava aliados para isolar a Rússia, que apenas dias antes invadira a Ucrânia, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, sofreu um revés emblemático. Os líderes *de facto* dos regimes da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos, Mohammed bin Salman e Mohammed bin Zayed, se recusaram a conversar por telefone com Biden. As ligações tinham o intuito de arregimentar as duas monarquias para a campanha contra Moscou, e convencê-las a ampliar sua produção petrolífera, de modo a estabilizar os preços e atenuar os impactos das sanções contra a Rússia. O rechaço foi significativo por demarcar de maneira cristalina a degradação das relações entre a Casa Branca e alguns de seus principais aliados no Oriente Médio. O momento delicado em que ocorreu acentua a seriedade do episódio: apesar de abrigarem tropas norte-americanas e de contarem com Washington para sua defesa, os dois líderes escolheram enviar um recado claro a respeito da condição em que a parceria se encontra justamente quando Biden mais precisava de apoio.

O objetivo deste artigo é examinar a política externa dos EUA no Oriente Médio em um momento delicado da história norte-americana, em que o país continua sendo central no sistema internacional, mas enfrenta desafios tanto da China quanto da Rússia. Entender as possibilidades de atuação estadunidense na região nos ajuda a refletir sobre tal cenário. Para isso, faremos uma revisão histórica das relações EUA-Oriente Médio e, a seguir, uma análise comparativa entre a atuação de Biden nos primeiros dois anos de seu mandato e as de seus antecessores.

Biden é o terceiro presidente que ocupa a Casa Branca desde a invasão do Iraque ordenada por George W. Bush (2001-2009) em 2003. Aquela guerra, deflagrada apenas 17 meses depois da invasão do Afeganistão, representou a penetração do Oriente Médio pelos EUA em um nível sem paralelo (Smith, 2016) e é objeto de vasta literatura (Ricks, 2006; Allawi, 2008; Rosen, 2010). Gradualmente, suas consequências fizeram crescer na opinião pública norte-americana visões negativas sobre o andamento do conflito e, principalmente, sobre a decisão de invadir (Pew Research Center, 2008). Como consequência, o então senador Barack Obama (2009-2017), que desde o início fora contrário à invasão, ganhou proeminência. Durante a campanha, “encerrar responsabilmente a guerra no Iraque” (Obama, 2008) foi um de seus mantras que ressoou positivamente com o eleitorado, influenciando sua vitória tanto nas primárias do Partido Democrata quanto no pleito geral (Jacobson, 2010).

Donald Trump (2017-2021) fez da oposição ao acordo nuclear com o Irã – o grande marco da política de Obama para a região – um dos pilares de sua campanha, mas compartilhava com o antecessor sua visão sobre a estratégia estadunidense. Trump era um crítico dos compromissos assumidos por Washington no Oriente Médio, em especial no Iraque. Engajado na campanha *America First*, não poupou esforços no sentido de demonstrar que via as alianças internacionais como incômodos que obstruíam a pujança da economia nacional, de modo que os aliados no Oriente Médio, assim como no resto do mundo, deveriam compartilhar o fardo de sua própria defesa (Becker, 2016). Ao mesmo tempo, Trump assegurava ter capacidade de garantir os interesses nacionais de seu país, prometendo destruir o Estado

Islâmico e promover a paz entre israelenses e palestinos (Sokolsky, Miller, 2016).

No geral, Obama e Trump fizeram campanhas que concordavam a respeito dos interesses nacionais dos EUA no Oriente Médio: a manutenção dos fluxos de petróleo para o mercado mundial a preços razoáveis, a proteção a Israel e o combate ao terrorismo. Mais importante, para os dois presidentes esses interesses poderiam ser garantidos sem que a Casa Branca se imiscuisse em políticas de mudança de regime ou “promoção de democracia”. As propostas consistiam em recalibrar a política externa, mantendo a proteção aos interesses nacionais, mas por meio de ações de menor repercussão doméstica. Como veremos, esta recalibragem não se deu sem impactos locais.

MARCO METODOLÓGICO

Diante do objetivo de estudar as nuances da política externa estadunidense para o Oriente Médio, este artigo estará calcado, conceitualmente, na Análise de Política Externa (APE). Subárea das Relações Internacionais que enfatiza o peso das dinâmicas domésticas (Hudson, 2005; Alden; Aran, 2012), a APE coloca o foco de análise sobre as unidades decisórias de um governo ou regime, deixando de lado o paradigma clássico das RIs que tem no Estado sua unidade de análise (Salomón; Pinheiro, 2013; Morin; Paquin, 2018). Essa mudança de paradigma não implica em desprezo ao sistema internacional. Ao contrário, ela permite que as pesquisas baseadas nesta perspectiva examinem as interações entre as unidades de decisão e atores domésticos e estrangeiros, observando fatores que seriam menos compreensíveis, ou simplesmente ignorados, a partir do prisma estadocêntrico das RIs.

Mais especificamente, este artigo se engajará com a Política Externa Comparada (*Comparative Foreign Policy*). Quando surgiu, este campo de estudo tinha o objetivo de desenvolver uma “grande teoria unificada de todo o comportamento de política externa para todos os países para todos os tempos” (Hudson, 2005, p. 9). O esforço conseguiu juntar grandes bases de dados que elencavam eventos de política externa, mas uma teoria jamais foi desenvolvida. Ainda assim, o campo se tornou relevante para a análise da política externa como política pública, ajudando a entender, por exemplo, o impacto de diferentes formas de democracia no desenvolvimento de determinados padrões de política externa no pós-Guerra Fria (Lantis; Beasley, 2017). Em termos metodológicos, faremos aqui um estudo de caso, comparando as políticas externas dos Estados Unidos em diferentes períodos, com o objetivo de determinar similaridades e diferenças e encontrar padrões (Kaarbo; Lantis; Beasley, 2013) que ajudem a explicar a política estadunidense para o Oriente Médio.

A busca pelo controle direto do Golfo

Os interesses securitários básicos dos EUA no Oriente Médio se consolidaram durante o a Guerra Fria. Naquele período, Washington estabeleceu como seus objetivos conter a expansão da União Soviética, garantir acesso aos recursos petrolíferos da região e proteger a existência de Israel (Cleveland; Bunton, 2009; Hudson, 2016). Tais interesses eram garantidos por meio de uma estratégia bipartite. No Levante, Israel se consolidou como o aliado mais importante (Khalidi, 2018). Para o Golfo Pérsico, foi desenvolvida a política dos “pilares

gêmeos”, fincada nas monarquias da Arábia Saudita e do Irã (Sick, 2018).

A Revolução Iraniana de 1979 gerou um impacto decisivo em tal estratégia. Naquele episódio, forças antiamericanas chegaram ao poder (Abrahamian, 2008), subvertendo a noção dos pilares gêmeos. O mais importante dos pontos de apoio deixou de sustentar a política estadunidense para se tornar seu maior antagonista. Firme opositor da monarquia de Mohammad Reza Pahlavi por vários anos, o aiatolá Ruhollah Khomeini não poupava críticas à atuação internacional do xá, retratado como um laçao do Ocidente (Abrahamian, 2008, p. 156), e tornou prioridade a erradicação da influência ocidental no Irã (Arjomand, 1988, p. 138). Durante a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), os EUA passaram a ver o regime de Saddam Hussein “como seu novo gendarme na região, mantendo o Khomeinismo sob controle e restaurando a estabilidade do Golfo” (Lesch; Haas, 2018, p. 234), mas a posterior invasão do Kuwait pelas tropas iraquianas, em 1991, inauguraria uma nova fase da política externa dos EUA para o Oriente Médio.

O fim da Guerra Fria permitia que Washington mantivesse intensa interferência na região, mas agora não para conter a URSS e sim para erguer um novo regime de segurança. A Doutrina Carter (1980), que previa retaliação militar caso alguma “força externa” tentasse obter o controle do Golfo, foi colocada em prática após o fim da Guerra Fria e contra uma força nativa. No mandato de George H. W. Bush (1989-1993), “em vez de depender de um poder local para servir como executor substituto [de sua política no Golfo (...)], os EUA se autodenominaram como os protetores” da região (Cleveland; Bunton, 2009, p. 559). No pico da ação militar, estacionaram 550 mil sol-

dados na região (Cordesman; Wilner; Gibbs; Modell, 2013, p. 46).

Na sequência da guerra contra o Iraque, no mandato de Bill Clinton (1993-2001), os EUA lançaram mão de uma nova política para o Golfo, conhecida como “dupla contenção”. Encorajada pelas vitórias contra URSS e Iraque, a Casa Branca desistiu de contrabalançar Irã e Iraque para conter simultaneamente os dois regimes. O primeiro foi submetido a uma severa campanha de sanções, associada a diversas missões subversivas para derrubá-lo e esporádicos ataques com mísseis (Sick, 2018), enquanto o segundo foi alvo de um intenso boicote econômico. Em paralelo ao domínio sobre o Golfo, o regime de segurança almejado previa a construção da paz entre israelenses e palestinos. A Conferência de Madri (1991), o Tratado de Paz Israel-Jordânia (1994) e os Acordos de Oslo (1993 e 1995) foram marcos importantes, ainda que os esforços não tenham obtido um compromisso definitivo.

No auge deste período estavam as invasões do Afeganistão e do Iraque após o 11 de Setembro. Assim como a política dos “pilares gêmeos”, a “dupla contenção” fora interrompida subitamente pelos atentados, que investiram a Casa Branca de Bush de um novo ímpeto por controlar o Oriente Médio. Ali, o combate ao terrorismo foi incorporado ao corpo de interesses securitários dos EUA para a região, em substituição ao anticomunismo.

Obama, Trump, Biden e a Guerra ao Terror

Nesta seção, vamos analisar como os últimos presidentes dos EUA lidaram com os três interesses estratégicos do país na região – combate ao terrorismo, proteção a Israel e a manu-

tenção da segurança no Golfo Pérsico. Iniciaremos com uma comparação entre os governos Obama e Trump para depois explorar as ações de Biden em seu primeiro biênio.

Obama herdou de Bush uma “Guerra ao Terror” (GaT) empreendida em duas frentes. Na primeira, estavam os teatros operacionais do Iraque e do Afeganistão. A significância desses conflitos é central para esta análise, pois eles simbolizavam o enredamento, levado a cabo pela administração Bush, das políticas para lidar tanto com a questão do terrorismo quanto com a segurança do Golfo. Foi trabalho da gestão Obama decompor essa equação. Para isso, a aposta do ex-senador foi na outra frente da GaT, marginal nos tempos de Bush: o combate às redes terroristas transnacionais espalhadas por diversos países. A desagregação dessas frentes se deu de forma paulatina. Na gestão Obama, os EUA deixaram o Iraque em 2011, reduziram seu contingente militar no Afeganistão e, enquanto faziam isso, reforçavam a segunda vertente da GaT (Ryan, 2011).

Assim como Bush, Obama assumiu a perspectiva de que este se tratava de um conflito global (Ryan, 2011), mas fez da guerra não-convencional – baseada na utilização de forças especiais e drones – o pilar de sua política ‘antiterror’. Sob Obama, o Comando de Operações Especiais ganhou espaço político (Mazetti; Schmitt, 2015), passou a atuar em dezenas de países e atingiu o ápice de seu prestígio em maio de 2011, com o assassinato de Osama bin Laden. A outra perna da empreitada foi a utilização de drones, que apenas no Paquistão, na Somália e no Iêmen atuaram em 563 oportunidades, dez vezes mais do que na gestão Bush (Purkiss; Serle, 2017). Após a emergência do autoproclamado Estado Islâmico, em 2014, a mesma combinação entre forças especiais e

drones foi empregada em auxílio ao governo iraquiano.

Trump era um crítico de Obama. O republicano se comprometeu a aplicar uma “nova abordagem” na execução da GaT e a acabar com a “guerra politicamente correta” do democrata, o que envolvia o assassinato de familiares de terroristas (LoBianco, 2015). Propagador da teoria conspiratória segundo a qual Obama era muçulmano, Trump fez da islamofobia a pedra de toque de sua política jingoísta. Ao mesmo tempo, aderiu à separação realizada por Obama entre as políticas antiterror e para defesa do Golfo. Nos quatro anos em que esteve no poder, Trump também firmou sua política antiterror nos assassinatos teleguiados e nas operações especiais. A diferença promovida por ele foi o desmonte das tímidas restrições promulgadas por seu antecessor para ampliar o nível de transparência da utilização de veículos não-tripulados (Vedaschi; Noberasco, 2021). No que diz respeito ao combate ao terrorismo temos, deste modo, uma continuidade entre as administrações Obama e Trump. O presidente republicano, apesar de adversário do presidente democrata, deu continuidade a um dos mais importantes legados de Obama em política externa, a ideia de que a era de grandes operações terrestres na região ficou para trás.

Sob Obama e Trump, a GaT é interpretada pela liderança estadunidense como uma importante questão de segurança nacional, mas não um risco existencial. Ao contrário do que ocorria durante a Guerra Fria, quando eventuais avanços soviéticos eram respondidos com reações de grandes proporções, agora a ordem é conter a ameaça apenas na medida em que ela afete diretamente os interesses norte-americanos. “Os terroristas de hoje podem matar pessoas inocentes, mas não representam uma

ameaça existencial para nossa nação, e não devemos cometer o erro de elevar seu status como se o fizessem”, afirmou Obama em seu último discurso sobre o tema (Casa Branca, 2016).

No poder, Trump aplicou exatamente este princípio, mas com sua peculiar brutalidade. Em outubro de 2019, com o Estado Islâmico derrotado militarmente, removeu sem aviso prévio suas tropas especiais da Síria, abandonando à própria sorte as forças curdas que haviam atuado como a ponta-de-lança do esforço norte-americano contra os jihadistas. Ao deixar abruptamente a região fronteiriça entre Síria e Iraque, a Casa Branca revelou também não ter a intenção de utilizar aquela missão militar como cabeça-de-ponte para expandir sua influência na região. Assim, sob Obama e Trump, a percepção de risco imposta pelo terrorismo era alta, mas ao mesmo tempo controlada. A necessidade de atuação estadunidense, deste modo, também era pontual e limitada.

Biden deu continuidade a esta visão. A retirada do Afeganistão, em agosto de 2021, é o grande símbolo de uma política externa que não vê mais a necessidade de manter vastos territórios indefinidamente sob controle no Oriente Médio. Não é uma coincidência que, enquanto removia as últimas tropas do Afeganistão, o governo norte-americano ampliava silenciosamente uma base no Deserto do Saara utilizada para deflagrar ações com drones (Landler, 2021). Os riscos dessa mudança de paradigma foram expostos também de modo simultâneo com a retirada. No penúltimo dia da ocupação, um bombardeio realizado com um drone matou dez civis, em Kabul, incluindo sete crianças, em vez da célula do Estado Islâmico que supostamente era o alvo. Uma investigação jornalística ajudou a desbaratar a ação norte-americana que se encerrou

sem qualquer punição aos envolvidos (Schmitt, 2021). Pode-se concluir, assim, que as gestões Obama, Trump e Biden subscrevem à mesma maneira de combater o terrorismo: a guerra é global, travada em dezenas de frentes, mas todas elas com custos menores em termos de tropas e dinheiro e pouco expostas ao escrutínio externo.

A segurança do Golfo e de Israel

Os outros dois interesses prioritários dos EUA no Oriente Médio – a segurança de Israel e a do suprimento global de petróleo a partir do Golfo Pérsico – devem ser observados de modo conjunto. No que diz respeito ao Golfo, as políticas externas de Obama e Trump concordaram que tal questão não estava necessariamente sobreposta ao combate ao terrorismo. Mas há aqui uma divergência importante no conteúdo destas políticas.

Entre 2009 e 2013, a administração Obama impôs a Teerã sanções econômicas draconianas, mas a partir da eleição de Hassan Rouhani (2013) abriu espaço para a mais significativa aproximação entre EUA e Irã em três décadas. Este processo culminou na assinatura, em 2015, do *Joint Comprehensive Plan of Action*, um “acordo nuclear” que tinha como objetivo, simbólico e prático, o fim do status de pária do Irã. A ideia por parte da Casa Branca de Obama era que um novo equilíbrio na região só poderia ser encontrado a partir da reintrodução de Teerã na comunidade internacional e do surgimento de algum tipo de acomodação entre as potências regionais (Hurst, 2017). A remoção de uma ameaça nuclear imediata seria essencial para tanto. Este diagnóstico, porém, não era compartilhado por Israel, Arábia Saudita e EAU. Para estes governos, o programa

nuclear do Irã sem dúvida era uma ameaça expressiva, mas não a mais urgente. Esta é representada pela expansão política e militar do regime em países como Iraque, Líbano, Síria e Iêmen, aproveitando os vácuos criados pela invasão do Iraque e pela Primavera Árabe (Al-Faisal, 2013; Phillips, 2017, p. 41).

Quando chegou ao poder, Trump adotou a mesma perspectiva de Israel e das monarquias árabes: a segurança no Golfo não poderia ser obtida pela integração do Irã, mas por sua exclusão (The Embassy of the Kingdom of Saudi Arabia, 2018). Daí a política de “pressão máxima”, representada pelo fim do acordo nuclear, pela reintrodução de sanções econômicas e pelo assassinato do general Qassem Soleimani em janeiro em 2020. O problema, muito mais para os regimes árabes do que para Israel, era a manutenção da indisposição da Casa Branca em comprometer dezenas de milhares de tropas na região. Em seu arsenal nuclear e escudos antimísseis, Israel tem fatores dissuasórios importantes para conter um ataque direto por parte do Irã. Do mesmo modo, Israel tem capacidade militar para atacar as linhas de suprimento montadas pelo Irã através dos territórios do Iraque e da Síria até o Líbano.

Dois pontos são fundamentais para os governos israelenses na relação com os EUA. A manutenção de sua superioridade militar regional e a liberdade para manter a pressão contra o nacionalismo palestino. Obama tinha uma relação ruim com o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, mas foi o responsável por assinar, em 2016, o maior pacote de ajuda militar a Israel na história. As principais diferenças entre os dois residiam no fato de Obama pressionar Israel a conter a ocupação da Cisjordânia (Freedman, 2017), entendida como mecanismo para inviabilizar a existência de um Estado palestino

(Robinson, 2020). Trump, por sua vez, aderiu fielmente à visão ultranacionalista israelense. No campo simbólico, transferiu a embaixada estadunidense de Tel Aviv para Jerusalém e, no campo prático, rompeu com uma tradição de décadas da diplomacia norte-americana em favor da solução de dois Estados para lançar um plano que criava uma Palestina vassala de Israel (Crowley; Halbfinger, 2020).

Para as monarquias em Riad e Abu Dhabi, o problema é mais profundo, pois elas dependeriam diretamente dos EUA para sua defesa em caso de um conflito com o Irã. Ocorre que a falta de apetite em Washington por ativar o escudo militar em favor de seus aliados ficou escancarada em setembro de 2019, quando as instalações petrolíferas de Abqaiq, coração econômico da Arábia Saudita, foram alvo de ataques clandestinos engendrados pelo Irã. A reação por parte de Washington foi pálida. Trump estava disposto a pressionar o regime iraniano, mas de forma alguma pretendia usar suas tropas para isso (Holland; Gamal, 2019). Como contraponto, a gestão Trump, ao menos, facilitou o caminho para que certos países árabes normalizassem suas relações com Israel. Os Acordos de Abraão, assinados em 2020 sob os auspícios de Washington, são a face visível de uma aproximação que tem como fatores de impulsão o temor compartilhado da expansão iraniana e o ressentimento diante da “ausência” do guarda-chuva militar estadunidense (Abadi, 2019; Jones; Guzansky, 2019).

Temos, assim, como mostra o quadro abaixo, uma convergência entre Obama e Trump a respeito da manutenção da segurança de Israel, entendida como a preservação da superioridade militar, ainda que discordassem com relação à forma de lidar com a questão palestina. Há, porém, uma divergência entre Obama e Trump

a respeito da segurança do Golfo. Enquanto o primeiro buscou um arranjo que incluísse o Irã, o segundo procurou ampliar a pressão

sobre Teerã, mas fortalecendo um mecanismo regional – a aliança entre Israel e determinados países árabes – para conter o Irã.

Quadro 1. Quadro esquemático das mudanças na política externa estadunidense para os Oriente Médio

	Governo Obama	Governo Trump	Governo Biden
Terrorismo	- Separa a política antiterror da política para segurança do Golfo - Pilar é a guerra não-convencional (drones e forças especiais)	- Mantém a separação entre a política antiterror e a política para segurança do Golfo - Mantém a guerra não-convencional como pilar, mas com transparência reduzida	- Mantém a guerra não-convencional como pilar - Encerra a ocupação no Afeganistão, cumprindo o objetivo compartilhado por Obama e Trump
Segurança do Golfo	- Busca reintroduzir o Irã na comunidade internacional e produzir novo equilíbrio securitário no Oriente Médio	- Procura manter o isolamento do Irã e adota políticas que visam insuflar eventual derrubada do regime iraniano	- Retoma a política de Obama de tentar normalizar a relação com o Irã, mas busca fomentar a aproximação entre Israel e as monarquias árabes, como Trump
Segurança de Israel	- Atua para manter a superioridade militar regional e apoia indiretamente a pressão contra o nacionalismo palestino	- Atua para manter a superioridade militar regional; dá liberdade para e apoia diretamente a pressão contra o nacionalismo palestino	- Atua para manter a superioridade militar regional e apoia indiretamente a pressão contra o nacionalismo palestino

Fonte: Elaboração do autor

Em seus primeiros dois anos no poder, Biden adotou uma política que se espelha na perspectiva de Obama, mas que absorveu elementos importantes da era Trump. Na relação com Israel, Biden rechaçou a aliança automática promovida por seu antecessor, mas procurou evitar a tensão do período Obama. Com Biden, foi retomada a posição histórica dos EUA a favor da solução de dois Estados (Smith, 2021), mas o presidente dos EUA não parece ter disposição para enfrentar o governo israelense em defesa de um Estado palestino. Sua firme posição pessoal pró-Israel, a força da porção ultranacionalista do *lobby* israelense nos EUA e o foco na Rússia e na China são fatores determinantes neste ponto.

Quanto à questão iraniana, Biden acabou por tentar criar um amálgama entre as visões de Obama e Trump. Por um lado, em fevereiro

de 2021, logo após sua posse, as negociações nucleares foram retomadas. Elas se arrastaram ao longo da maior parte de 2022 diante das grandes diferenças nas demandas de lado a lado. Ainda assim, para a gestão Biden, dando sequência à visão da administração Obama, a forma de garantir este importante objetivo de segurança nacional norte-americano – que o Irã não tenha uma arma nuclear – continua sendo o caminho diplomático.

Por outro lado, o governo Biden integrou a sua estratégia um importante elemento gestado durante o governo Trump: a ideia de que os EUA podem fomentar a criação de uma aliança anti-Irã composta por Israel e as monarquias árabes. Este ímpeto já existe por parte de diversas lideranças locais (Jones; Guzansky, 2017), mas a atuação estadunidense tem o potencial de fortalecê-lo, eventualmente facilitando a

transição para uma nova fase em que o envolvimento norte-americano seja menor. Há ao menos duas dificuldades neste caminho, porém: a relação bilateral entre Biden e Mohammed bin Salman e a força diplomática da Rússia no Oriente Médio, elementos que se misturam.

Em seus primeiros meses, a administração Biden colecionou atos percebidos como hostis em relação ao regime saudita (Kalin; Said; Cloud, 2022) e foi retaliada em outubro de 2022 com o corte na produção de petróleo coordenada pelas monarquias do Golfo e pelo governo Putin (Marquardt; Bertrand; Mattingly, 2022), prejudicial à economia norte-americana. Isso ocorreu mesmo depois de Biden visitar a Arábia Saudita com o alegado intuito de acelerar a aproximação entre sauditas e israelenses (Alghannam; Yaghi, 2022). Trata-se de sinal dos limites que a estratégia Obama-Biden de normalização da relação com o Irã tem entre os aliados norte-americanos, mesmo que incorpore elementos da “linha-dura” aplicada por Trump. Nos dois últimos anos de sua gestão, encontrar uma saída para este dilema será o foco da política externa de Biden para o Oriente Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe uma análise comparada da política externa dos EUA para o Oriente Médio durante as gestões de Obama, Trump e a primeira metade do mandato de Biden. Demonstramos que os três mandatários lidam com o terrorismo internacional apostando em estratégias não-convencionais de guerra, desatrelando a segurança no Golfo Pérsico desta questão. Deste modo, para nenhuma das gestões é factível um retorno ao período Bush de grandes invasões terrestres. Tal cenário se

mantém mesmo quando discutimos a principal diferença entre as políticas externas de Obama e Trump: a relação com o Irã. Enquanto o primeiro buscou caminhar no sentido de uma normalização com o regime iraniano, promovendo o acordo nuclear, o segundo adotou postura antagonista, aumentando a pressão contra o regime em Teerã e abandonando tal acordo.

Biden, por sua vez, promove um retorno à perspectiva de Obama, reabrindo as negociações nucleares, mas adota elemento importante da ação de Trump: o fomento a uma aliança entre Israel e monarquias árabes que tenha como objetivo criar um contraponto à força iraniana. Futuras pesquisas sobre as relações internacionais do Oriente Médio fariam bom uso de olhares sobre o impacto do conflito na Ucrânia, sobre a crescente influência da China e sobre a aproximação entre Arábia Saudita e Israel. No plano histórico, comparações entre a política externa dos EUA para o Oriente Médio durante a Guerra Fria e o pós-Guerra Fria poderiam auxiliar no exame sobre a natureza da política externa estadunidense como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABADI, J. Saudi Arabia's rapprochement with Israel: the national security imperatives. *Middle Eastern Studies*, 55, n. 3, 2019. p. 433-449.
- ABRAHAMIAN, E. *A History of Modern Iran*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- ALDEN, C.; ARAN, A. *Foreign Policy Analysis: New Approaches*. London: Routledge, 2012.
- AL-FAISAL, T. Saudi Arabia's Foreign Policy. *Middle East Policy*, v. 20, n. 4, 2013. p. 37-44.
- ALGHANNAM, H.; YAGHI, M. Biden's Trip to Saudi Arabia: Successes and Failures. *Sada Journal*, p. 11, August 2022.
- ALLAWI, A. A. *The Occupation of Iraq – Winning the War, Losing the Peace*. New Haven: Yale University Press, 2008.
- ARJOMAND, S. A. *The Turban for the Crown - The Islamic Revolution in Iran*. New York: Oxford University Press, 1988.
- BECKER, A. Trump: 'Without us, Saudi Arabia wouldn't exist for very long', 26 Mar. 2016. Disponível em: <https://www.>

- businessinsider.com/trump-without-us-saudi-arabia-wouldnt-exist-for-very-long-2016-3.
- CASA BRANCA. Remarks by the President on the Administration's Approach to Counterterrorism, 6 Dec. 2016. Disponível em: <https://www.centcom.mil/Portals/6/Documents/POTUS07NOV.pdf?ver=2016-12-07-124604-650>.
- CLEVELAND, W. L.; BUNTON, M. **A History of the Modern Middle East**. 4th. ed. Boulder: Westview Press, 2009.
- CORDESMAN, A.; WILNER, A.; GIBBS, M.; MODELL, S. **US-Iranian Competition - The Gulf Military Balance**. Center for Strategic & International Studies. 2013.
- CROWLEY, M.; HALBFINGER, D. M. Trump Releases Mideast Peace Plan That Strongly Favors Israel. **The New York Times**, 28 Jan. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/01/28/world/middleeast/peace-plan.html>.
- FREEDMAN, R. O. The Obama Legacy in the Middle East and the Trump Challenge. **India Quarterly**, 72, n. 2, 2017. p. 241-250.
- HOLLAND, S.; GAMAL, R. E. Trump says he does not want war after attack on Saudi oil facilities. **Reuters**, 16 Sep. 2019. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-saudi-arabco-idUSKBN1W10X8>.
- HUDSON, M. C. The United States in the Middle East. In: FAWCETT, L. **International Relations of the Middle East**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. p. 356-379.
- HUDSON, V. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. **Foreign Policy Analysis**, Oxford, v. 1, n. 1, 1 March 2005. 1-30.
- HURST, S. Obama and Iran: Explaining Policy Change. In: ASHBEE, E.; DUMBRELL, J. **The Obama Presidency and the Politics of Change**. **Studies of the Americas**. London: Palgrave Macmillan, 2017.
- JACOBSON, G. C. George W. Bush, the Iraq War, and the Election of Barack Obama. **Presidential Studies Quarterly**, 40, n. 2, 2010. p. 207-224.
- JONES, C; GUZANSKY,. Israel's relations with the Gulf states: Toward the emergence of a tacit security regime? **Contemporary Security Policy**, v. 38, n. 3, 2017. p. 398-419.
- JONES, C.; GUZANSKY,. **Fraternal Enemies: Israel and the Gulf Monarchies**. London: C Hurst & Co Publishers Ltd, 2019.
- KAARBO, J.; LANTIS, J. S.; BEASLEY, R. K. The Analysis of Foreign Policy in Comparative Perspective. In: BEASLEY, R. K., et al. **Foreign Policy in Comparative Perspective**. Los Angeles: Sage, 2013. p. 1-26.
- KALIN, S.; SAID, S.; CLOUD, D. S. How U.S.-Saudi Relations Reached the Breaking Point. **The Wall Street Journal**, 19 Apr. 2022. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/how-u-s-saudi-relations-reached-the-breaking-point-11650383578>.
- KHALIDI, R. The Superpowers and the Cold War in the Middle East. In: LESCH, D. W.; HAAS, M. L. **The Middle East and the United States - History, Politics and Ideology**. New York and London: Routledge, 2018. p. p. 119-136.
- LANDLER, M. 20 Years On, the War on Terror Grinds Along, With No End in Sight. **The New York Times**, 10 Sep. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/09/10/world/europe/war-on-terror-bush-biden-qaeda.html>.
- LANTIS, J. S.; BEASLEY,. Comparative Foreign Policy Analysis. **Oxford Research Encyclopedias**, 2017. p. 32.
- LESCH, D. W.; HAAS, M. L. **The Middle East and the United States - History, Politics and Ideology**. New York and London: Routledge, 2018.
- LOBIANCO, T. Donald Trump on terrorists: 'Take out their families'. **CNN**, 3 Dec. 2015. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2015/12/02/politics/donald-trump-terrorists-families/index.html>.
- MARQUARDT, A.; BERTRAND, N.; MATTINGLY, P. Inside the White House's failed effort to dissuade OPEC from cutting oil production to avoid a 'total disaster'. **CNN**, p. 5, October 2022.
- MAZETTI, M.; SCHMITT, E. Obama's 'Boots on the Ground': U.S. Special Forces Are Sent to Tackle Global Threats. **The New York Times**, 27 Dec. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/12/28/world/middleeast/more-and-more-special-forces-become-obamas>.
- MORIN, J.-E.; PAQUIN, J. **Foreign Policy Analysis: A Toolbox**. London: Palgrave Macmillan, 2018.
- OBAMA, B. **Obama's Remarks on Iraq and Afghanistan**. The New York Times. [S.l.]. 2008.
- PEW RESEARCH CENTER. Public Attitudes Toward the War in Iraq: 2003-2008, 19 Mar. 2008. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/2008/03/19/public-attitudes-toward-the-war-in-iraq-20032008/>.
- PHILLIPS, C. Eyes Bigger than Stomachs: Turkey, Saudi Arabia and Qatar in Syria. **Middle East Policy**, v. 24, n. 1, 2017. p. 36-47.
- PURKISS, J.; SERLE, J. Obama's covert drone war in numbers: ten times more strikes than Bush. **The Bureau of Investigative Journalism**, 17 Jan. 2017. Disponível em: <https://www.thebureauinvestigates.com/stories/2017-01-17/obamas-covert-drone-war-in-numbers-ten-times-more-strikes-than-bush>.
- RICKS, T. E. **Fiasco: The American Military Adventure in Iraq**. London: Penguin Books, 2006.
- ROBINSON, G. E. The death of the two-state solution: Israel, the Palestinians, and the Arab world in the age of Netanyahu. In: FREEDMAN, R. O. **Israel Under Netanyahu - Domestic Politics and Foreign Policy**. London and New York: Routledge, 2020. p. 176-196.
- ROSEN, N. **Aftermath: Following the Bloodshed of America's Wars in the Muslim World**. New York: Bold Type Books, 2010.
- RYAN, M. 'War in countries we are not at war with': The 'war on terror' on the periphery from Bush to Obama. **International Politics**, 48, 2011. p. 364-389.
- SALOMÓN, M.; PINHEIRO, L. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 56, n. 1, 2013. 40-59.
- SCHMITT, E. No U.S. Troops Will Be Punished for Deadly Kabul Strike, Pentagon Chief Decides. **The New York Times**, 13 Dec. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/12/13/us/politics/afghanistan-drone-strike.html>.
- SICK, G. The United States in the Persian Gulf: From Twin Pillars to Dual Containment. In: LESCH, D. W.; HAAS, M. L. **The Middle East and the United States - History, Politics and Ideology**. New York and London: Routledge, 2018. p. p. 237-252.
- SMITH, A. Biden committed to two-state solution between Israel and Palestinians, Blinken says. **NBC News**, 23 May 2021. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/politics/>

joe-biden/biden-committed-two-state-solution-between-israel-palestinians-blinken-says-n1268289.

SMITH, K. Realist Foreign Policy Analysis with a Twist: The Persian Gulf Security Complex and the Rise and Fall of Dual Containment. **Foreign Policy Analysis**, Oxford, v. 12, n. 3, 1 February 2016. p. 315-333.

SOKOLSKY, R.; MILLER, A. **Donald Trump's Middle East Promises: Can He Keep Them?** Carnegie Endowment for International Peace. [S.l.]. 2016.

THE EMBASSY OF THE KINGDOM OF SAUDI ARABIA. Kingdom of Saudi Arabia's Statement on the United States Withdrawal from the JCPOA, 8 May 2018. Disponível em: <https://www.saudiembassy.net/news/kingdom-saudi-arabia-statement-united-states-withdrawal-jcpoa>.

VEDASCHI, A.; NOBERASCO, G. M. Counter-Terrorism under the Trump Presidency. **DPCE Online**, 46, n. 1, 2021.